

Justiça Climática e Ativismos Feministas:

IMPACTOS E SOLUÇÕES



comuá

rede comuá
filantropia que
transforma



AGRADECIMENTOS

Às organizações da sociedade civil lideradas por mulheres cis, trans e outras transidentidades que estão na frente do enfrentamento às mudanças climáticas e no cuidado com a população.

Aos parceiros institucionais do ELAS+ pelo estímulo e apoio à realização da pesquisa, especialmente à Rede Comuá.





Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Ficha Técnica

Coordenação da Pesquisa
ELAS+ Doar para Transformar

Diretora Geral do ELAS+
Amália E. Fischer P.

Diretora Executiva do ELAS+
Savana Brito

Colegiado Executivo
Amalia Fischer
Ana Hespanhol
Denise Viola
Kelly Vieira
Savana Brito

Pesquisadoras
Juliana dos Santos Santana
(Amanayara Tupinambá)
Shinji Carvalho

Coordenação Editorial
Savana Brito
Denise Viola
Juliana Loureiro

Revisão Textual
Denise Viola
Juliana Loureiro
Dilliany Justino

**Projeto Gráfico e
diagramação**
Camila Cunha

Capa
Camila Cunha

Sumário

5

Sobre o ELAS+ e a Rede Comuá

7

Introdução

9

Organizações e seus recursos

15

Impactos Climáticos e Grupos Afetados

25

Soluções locais e glossário de termos

36

Conclusão e recomendações finais



Sobre o Elas+

Doar Para Transformar



O ELAS+ atua em prol da missão de promover e fortalecer o protagonismo e direitos das mulheres cis, trans e outras transidentidades, mobilizando recursos e investindo em suas iniciativas. **Investir nas mulheres é nossa maneira de mudar o mundo: doar para transformar.**

Em 24 anos de atuação, desenvolvemos e aprimoramos metodologias pioneiras de apoio e investimento em grupos e organizações de mulheres cis, trans e outras transidentidades que promovem a transformação social.

Nossa experiência mostrou o quanto o apoio flexível e direto para organizações e grupos tem sido importante, e **um dos diferenciais do ELAS+ é que o ponto de partida para o apoio** que tem oferecido ao longo dos anos sempre foi **a escuta do ecossistema a que se dedica fortalecer.**

Quem são os grupos apoiados?

Apoiamos grupos e organizações que promovem a justiça social através de uma diversidade de agendas, como o enfrentamento à violência baseada em gênero, a luta antirracista, os direitos LBTIs, o direito à moradia e à saúde, a justiça reprodutiva, o acesso à cultura, à comunicação e às tecnologias digitais, a moda justa e sustentável, os direitos trabalhistas, a justiça climática e ambiental, a participação política e democrática, entre outras.

Ao longo da nossa história, mobilizamos e destinamos **mais de R\$55 milhões** em doações diretas através de nossos programas e iniciativas. Foram cerca de **1,2 mil apoios** a organizações de mulheres cis, trans e outras transidentidades, sobretudo negras, indígenas, lésbicas, de periferia, do campo, da floresta e de outros territórios, nas cinco regiões do Brasil.

Sobre

Sobre a Rede Comuá

comuá

rede comuá
filantropia que
transforma

A Rede Comuá reúne fundos temáticos e comunitários, fundações comunitárias e organizações doadoras (grantmakers) independentes, que mobilizam recursos de fontes diversificadas para apoiar grupos, coletivos, movimentos e organizações da sociedade civil que atuam nos campos da justiça socioambiental, direitos humanos e desenvolvimento comunitário.

A Rede busca fortalecer a capacidade de atuação conjunta dos seus membros, potencializando seu papel nos processos de transformação social, nas ações de incidência, dando visibilidade às suas ações tanto no campo da filantropia como na esfera pública.

Foi criada no ano de 2012, com o nome de Rede de Fundos Independentes para a Justiça Social (nome alterado em 2017 para Rede de Filantropia para a Justiça Social).

O ELAS+ Doar Para Transformar é um dos fundadores, ao lado de outros fundos filantrópicos parceiros: Fundo Baobá, Fundo Brasil, Fundo Casa Socioambiental, Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM), BrazilFoundation, Instituto Rio e o Instituto Baixada.

Em junho de 2023, a Comuá foi oficialmente fundada em uma das etapas do seu processo de formalização que teve início em 2022, ano em que a Rede completou 10 anos de atuação. Atualmente reúne 16 organizações associadas e vem atuando na missão de fortalecer e ampliar a filantropia local independente que atua no campo da justiça socioambiental (direitos humanos, raciais e de gênero) e no desenvolvimento comunitário.



Introdução

As emergências climáticas vêm se intensificando, as secas e enchentes se tornam mais extremas. Os últimos 24 meses foram os mais quentes da história registrada pela humanidade. Diante desta dura realidade, os grupos liderados por mulheres e diversas transidentidades enfrentam desafios específicos, e também trazem soluções específicas que protegem e cuidam de diversos setores das sociedades.

Essas organizações e grupos abordam a crise climática a partir de diversas frentes, e com poucos ou nenhum recurso financeiro. **Suas abordagens desafiam a visão em “caixas” fornecidas através de termos utilizados pelos sistemas de financiamento como: “mitigação”, “adaptação”, “perdas e danos”, etc. Elas abordam ao mesmo tempo diversos aspectos das mudanças climáticas, inclusive as estruturas que vulnerabilizam suas comunidades.**

Diversos grupos, por exemplo, trabalham com agriculturas regenerativas (que contribuem para a mitigação e para a adaptação), ao mesmo tempo em que fazem

oficinas de cuidado coletivo e realizam incidência contra poluidores, abordando as raízes que vulnerabilizam as populações. **Essa pluralidade de ações é uma marca dessas organizações, mostrando que o debate climático deve ser pautado em termos de gênero e raça, a partir de soluções desenvolvidas nos territórios, para que seja possível uma transição justa.**

No trabalho da sociedade civil liderado por mulheres e por diversas transidentidades, se destaca a ação em movimentos, redes e alianças, e o enfrentamento a ameaças e a diversas formas de autoritarismo. Essa integração é chave para a defesa da democracia diante de um cenário em que os recursos se tornam mais escassos e se ampliam as tendências autoritárias, conforme foi verificado no período da pandemia de Covid-19. Assim, é importante ressaltar que as organizações já veem a crise climática relacionada a crises sociais, políticas e econômicas, com graves efeitos na desigualdade de gênero e raça, inclusive com aumento da violência de gênero e do racismo ambiental. Elas já percebem que

algumas propostas de solução climática se apresentam falsas, como a construção de campos eólicos em territórios quilombolas e pesqueiros sem a consulta livre, prévia e informada das comunidades, e que, além de não corresponderem às necessidades energéticas de uma transição, ainda vulnerabilizam as guardiãs de um território que combate as mudanças climáticas.

É importante mencionar que as questões climáticas e socioambientais no Brasil enfrentam momentos de grande dificuldade. Em 2024, 60% do território nacional esteve coberto de fumaça devido a queimadas. A situação da violência no campo se intensificou em 2023, sobretudo contra indígenas e mulheres quilombolas¹. Ainda assim, **os recursos de fundos climáticos internacionais que chegam aos territórios são escassos, e tendem a ser difíceis e pouco confiáveis².**

1. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no Campo Brasil 2023*

2. VOICES FOR JUST CLIMATE ACTION. *Financiamento climático para soluções locais.*



Introdução

Ciente dos desafios específicos em termos de gênero e raça, assim como do impacto dos movimentos de mulheres e de diversas transidentidades em questões climáticas e de justiça socioambiental, o ELAS+ apoia a pauta desde seus primeiros editais, incluindo apoios a grupos de povos indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas e outros povos tradicionais. Aprofundando seu apoio na resposta às emergências climáticas, estamos lançando o programa **ELAS+ na Justiça Climática, Territórios e Cidades**, para fortalecer a luta por justiça socioambiental das mulheres cis, trans e outras transidentidades.

O atual relatório busca contribuir com uma demanda crescente para melhor entender questões de gênero no contexto das crises climáticas.

Os dados foram coletados nos meses de agosto e setembro, fornecidos por grupos e por organizações de mulheres e LGBTI+ que submeteram o formulário para participação no Edital **Mulheres em Movimento 2024: Por Democracia, Justiça de Gênero e Climática**. A pesquisa apresenta um retrato

de **1.280 organizações da sociedade civil (OSC)**, com e sem CNPJ, lideradas por mulheres e diversas transidentidades de todas as regiões do Brasil. Dentre essas, 485 organizações relataram ter sido afetadas por um evento extremo.

Todas as informações sensíveis sobre as organizações e os grupos que poderiam ser usadas para sua identificação foram suprimidas do banco de dados e não serão utilizadas em qualquer produto derivado desta pesquisa. A política de confidencialidade se estende aos dados e às informações sobre integrantes das organizações e dos grupos.

A pesquisa apresenta características sobre as organizações, suas lideranças, seus contextos, desafios e estratégias de mobilização de recursos. Também apresenta como foram impactadas por eventos climáticos extremos e quais soluções vêm propondo. Elas são indígenas, quilombolas, negras, jovens, mulheres com deficiência, moradoras de favelas e periferias, mulheres do campo, ribeirinhas, empreendedoras sociais, artesãs, e muitas outras.

Vale dizer que a capilaridade do ELAS+ é um diferencial da pesquisa. O ELAS+ alcança além de onde pesquisas oficiais chegam, recebendo informações de grupos com CNPJ e sem CNPJ, vindos de **mais de 500 municípios do Brasil**.

Este relatório mostra que **as organizações e grupos mobilizam recursos sobretudo junto de suas comunidades**. As formas são tão variadas que incluem voluntariado, doações de recursos, promoção de eventos, entre outros, mas também formas de trabalho que vêm da ancestralidade, como diferentes tipos de mutirões, obrigação, entre outros, que são baseados em formas de solidariedade e espiritualidade comunitárias. E da mesma forma que essas organizações recebem de suas comunidades, elas se esforçam pelo **cuidado coletivo de suas comunidades**, mesmo dispondo de poucos ou quase nenhum recurso.

Organizações e seus recursos

Caracterização das organizações e grupos
Aspectos Financeiros





3.1. Caracterização das organizações e grupos

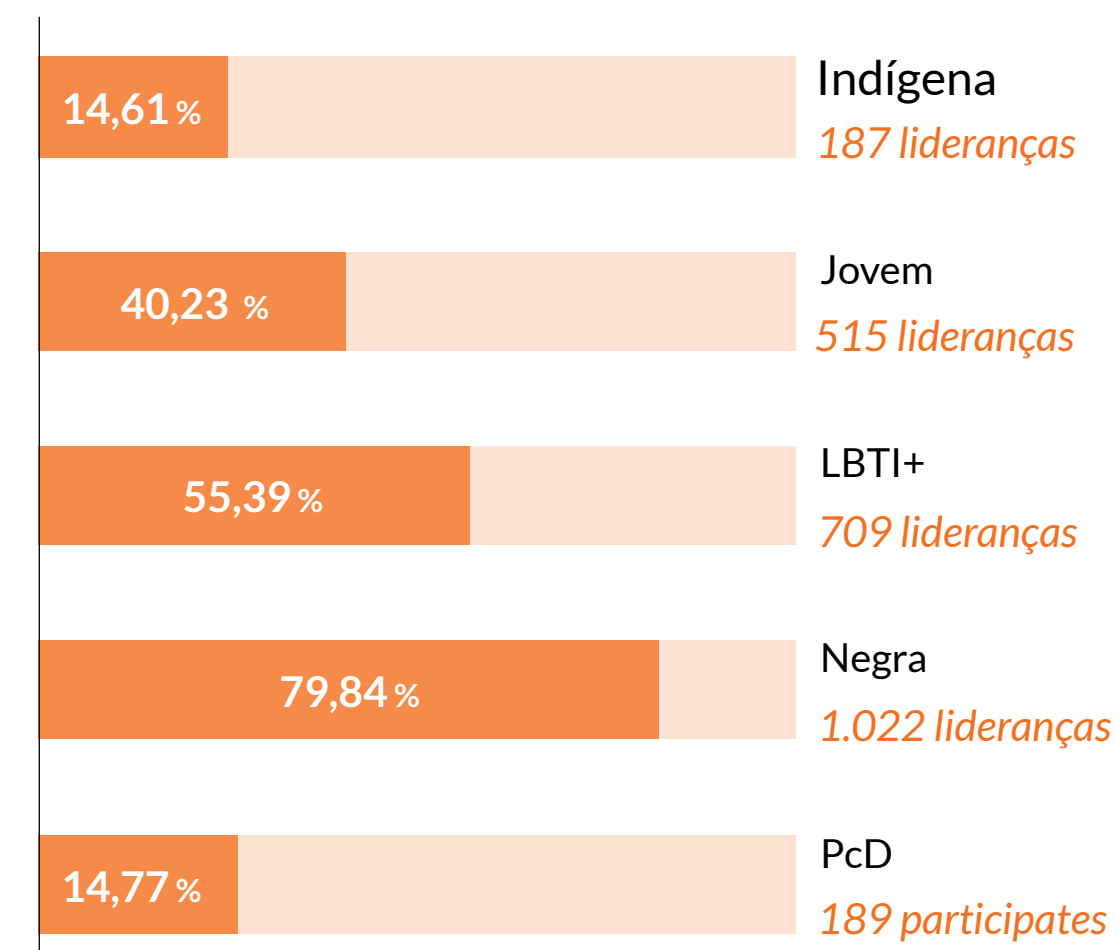
Participaram da pesquisa 1.280 organizações e grupos. Suas lideranças, consideradas entre os grupos prioritários apoiados pelo Edital Mulheres em Movimento 2024, mostram uma grande diversidade e interseccionalidade, como apresenta o quadro abaixo.

1.280 ORGANIZAÇÕES E GRUPOS PARTICIPANTES

LIDERANÇAS DE MAIS DE 100 ETNIAS INDÍGENAS

+ DE 60 COMUNIDADES QUILOMBOLAS

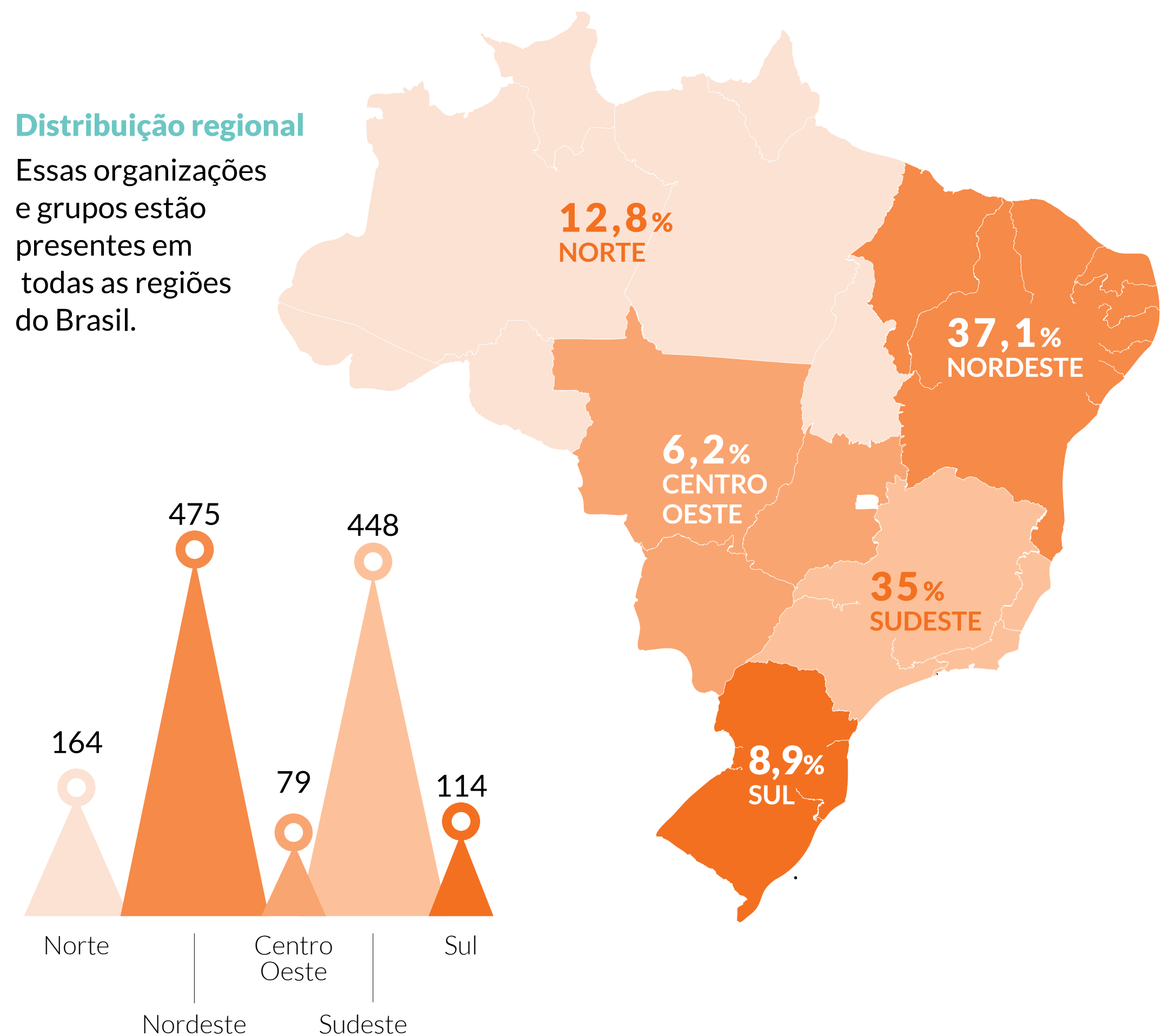
% Perfil das lideranças



Nota-se a alta interseccionalidade dos grupos pela soma total bastante superior ao número de grupos participantes.

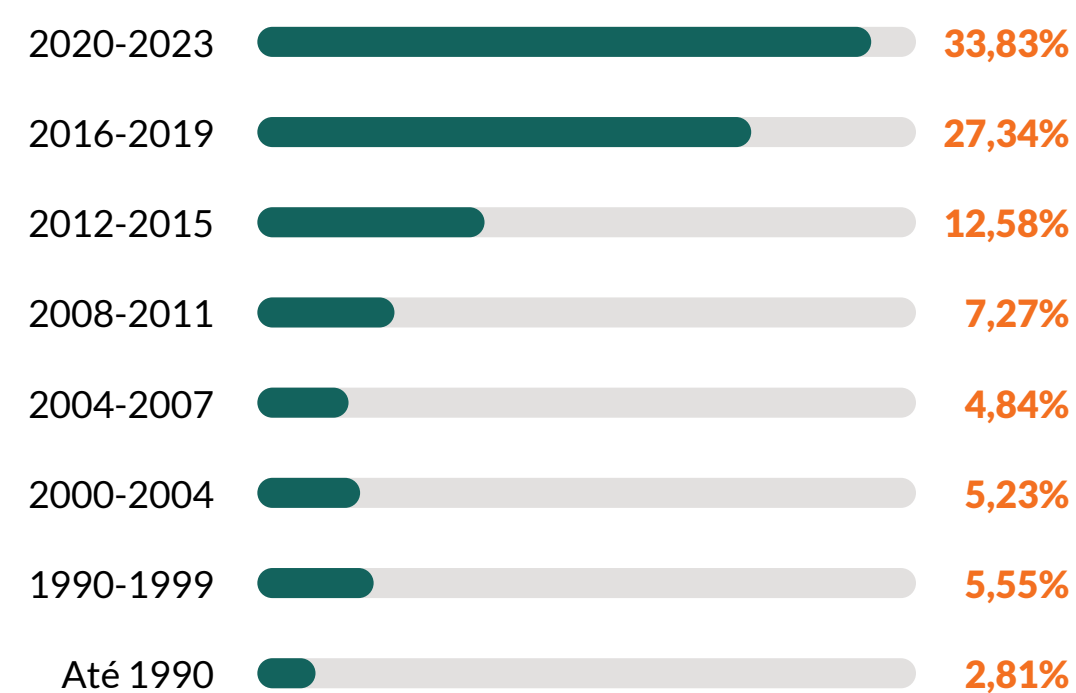
Distribuição regional

Essas organizações e grupos estão presentes em todas as regiões do Brasil.



Quando foram fundadas

Metade das organizações e grupos foram fundadas entre 2018 e 2024, e o ano em que mais houve fundações foi 2020. Esse período foi marcado por grandes desafios para a sociedade civil com a pandemia de Covid-19, o aumento dos casos de violência de gênero e da pobreza no país. Também foi um período de grandes ataques ao meio ambiente e aos direitos socioambientais, com o aumento da violência no campo, das queimadas criminosas, das secas e das enchentes em diversas partes do país. Inclui ainda alguns dos anos mais quentes já registrados na história, com o aprofundamento da crise climática e ascensão de governos autoritários e negacionistas.



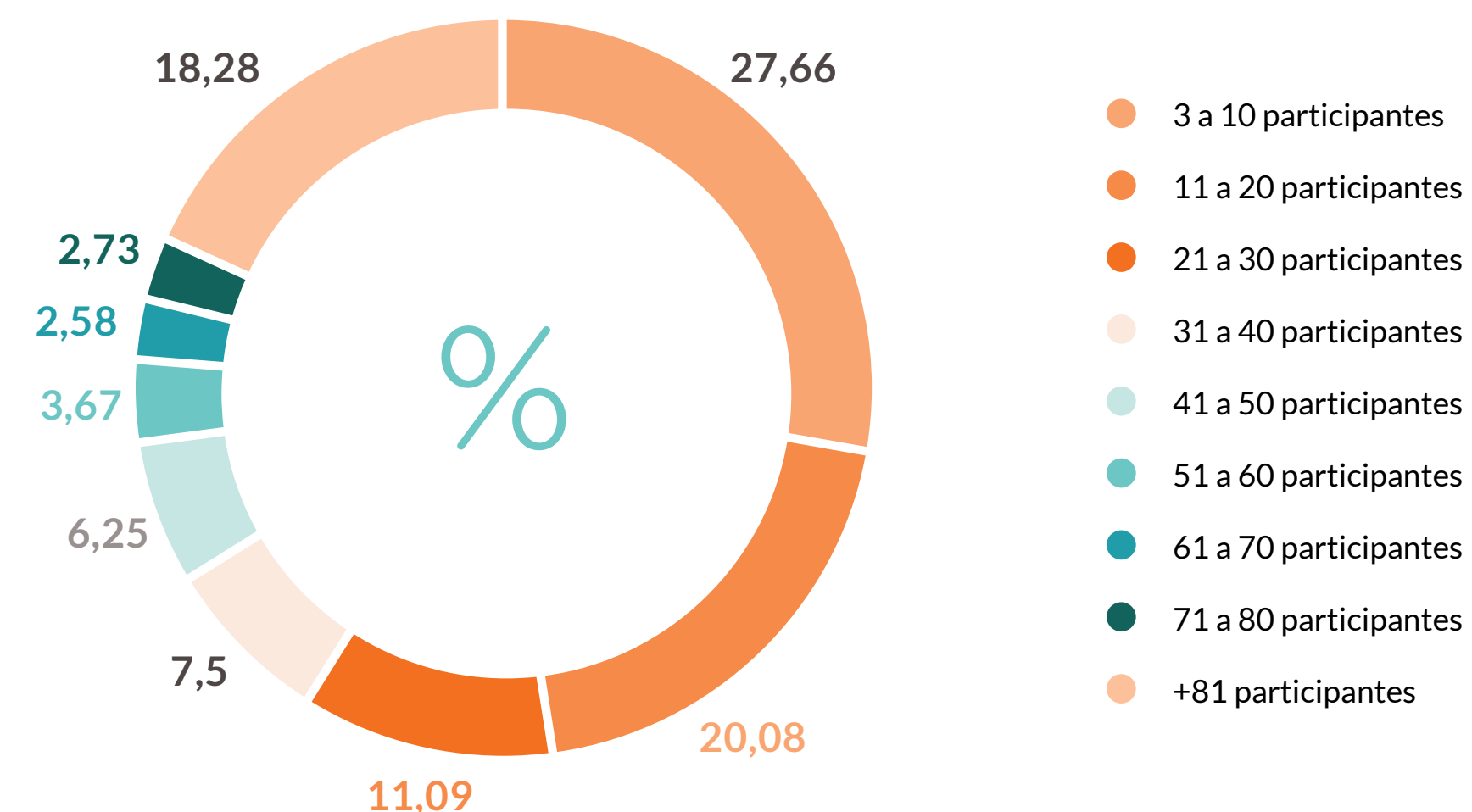
Tamanho dos grupos

As organizações e grupos apresentam grande variedade, indo desde coletivos com poucas pessoas, até movimentos contando com milhares de pessoas. Dentro desta variedade, predominam organizações e grupos pequenos, com até dez participantes.

As organizações e grupos se autodeclararam em sua maioria coletivos, coletivos e associações. Na categoria “Outros” diversos grupos se identificaram como “movimento”, “grupo” e “fórum”.

Coletivo/Coletiva	502
Associação	328
ONG	224
Rede	111
Organizações religiosas	20
Outros [movimentos, fóruns, etc.]	79
Cooperativa	13
Fundação	4

Tamanho dos Grupos por número de participantes



Verificamos um cenário de organizações com poucas participantes, sobretudo coletivas e coletivos, assim como a atuação em movimentos e redes. **A maioria (54,30%) não possui CNPJ** e atua por meio de ações de foco local e ligadas às comunidades.

Possui CNPJ?



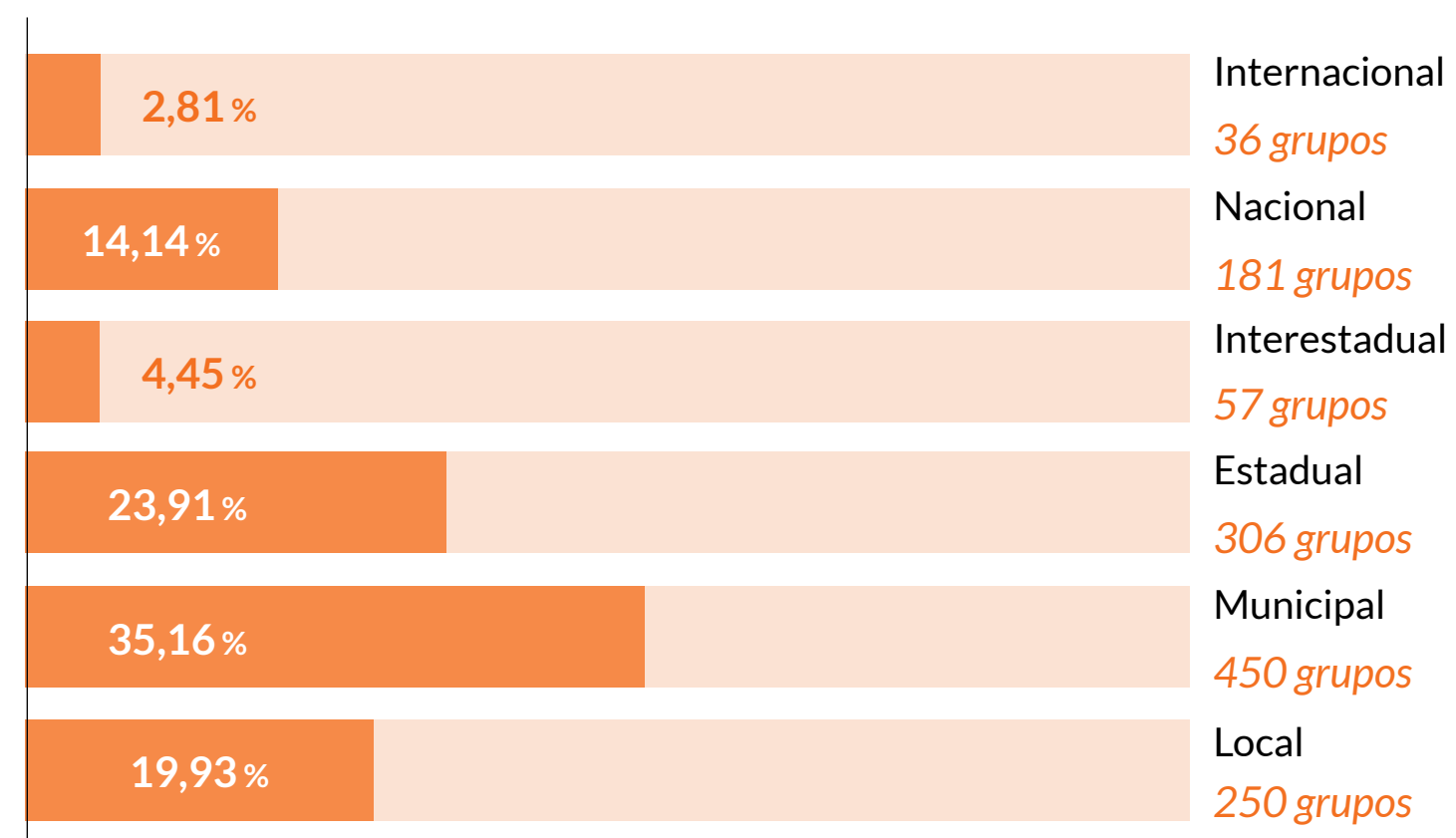
54,30%
DOS GRUPOS
NÃO POSSUI CNPJ

Abrangência

A maioria dos grupos (54,7%) possui sua abrangência entre o nível local (comunidades e bairros) e o municipal. Esse é outro dado que ressalta a capilaridade do alcance do ELAS+, provendo recursos a organizações de base comunitária que realizam as mudanças em contato direto com seus territórios. Vale destacar também a característica do Edital Mulheres em Movimento, que permite a articulação entre essas associações, coletivos, grupos e organizações de base comunitária com organizações e movimentos de escopo nacional.

Os territórios em que essas organizações atuam são variados, incluindo:

centros urbanos, periferias urbanas, zonas rurais, periferias rurais, territórios indígenas, territórios quilombolas, florestas, áreas de preservação ambiental, territórios ribeirinhos, territórios pesqueiros e regiões de fronteira.

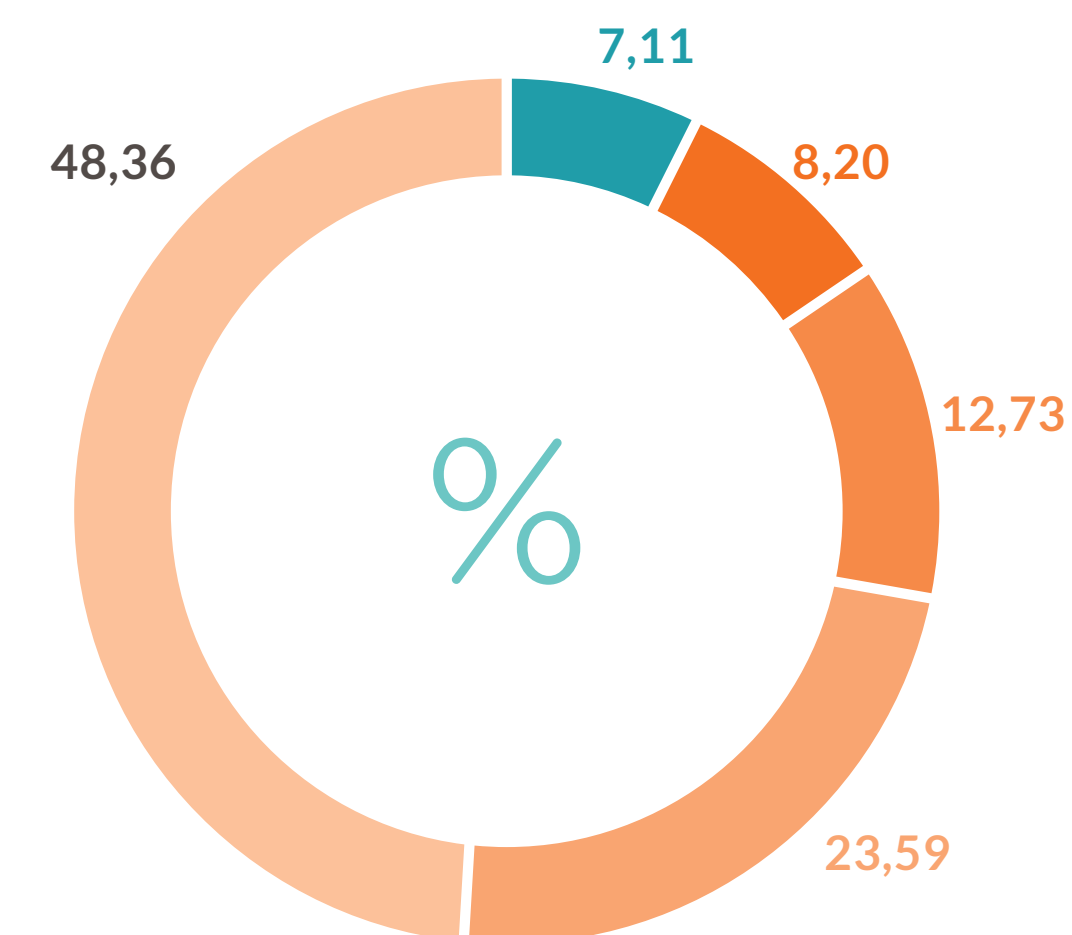


54,7%
DOS GRUPOS POSSUI ABRANGÊNCIA ENTRE O NÍVEL LOCAL (COMUNIDADES E BAIROS) E O MUNICIPAL

3.2 Aspectos Financeiros

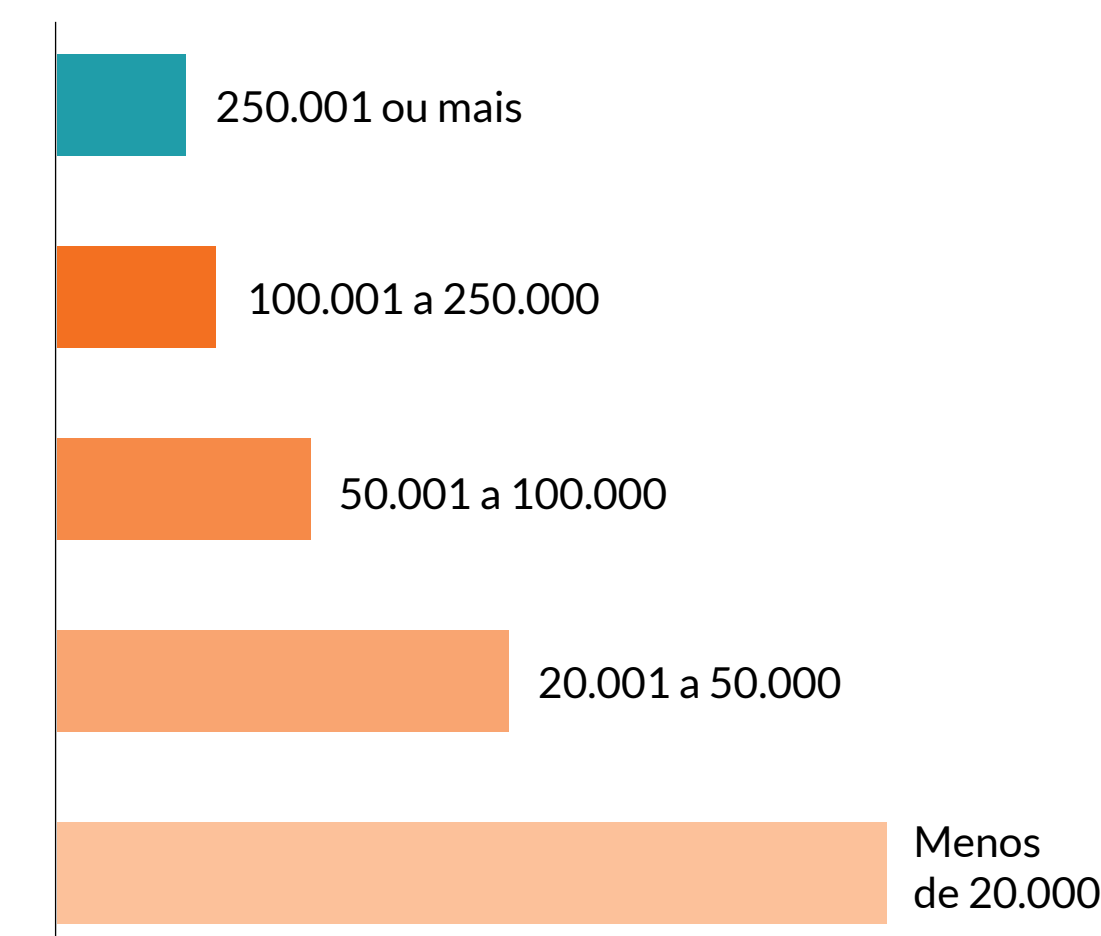
A maioria dos grupos trabalha com pouco ou nenhum recurso, e poucas organizações possuem quantidades mais significativas de recursos. Em 2023, quase metade das organizações executou menos de R\$ 20 mil em gastos e quase 72% menos de R\$ 50 mil.

% Organizações



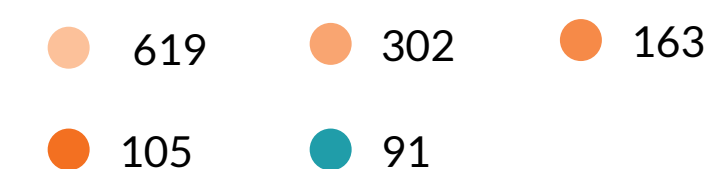
Executado

EM REAIS (R\$)



Organizações

EM NÚMEROS





Fontes de financiamento: principais financiadores e tipos de apoio

Entre as principais fontes de financiamento, se destacaram aquelas mais ligadas ao entorno direto das próprias comunidades, como o **voluntariado, as doações de pessoas físicas, a venda de serviços e a realização de eventos**. Em seguida, se destacam **os fundos independentes, como o próprio ELAS+, as campanhas de financiamento coletivo, o apoio de governos municipais, e de ONGs**.

FINANCIAMENTO	QUANTOS	%
Voluntariado	626	48,91%
Doadores individuais (pessoas físicas)	571	44,61%
Vendas de serviços e/ou produtos	424	33,13%
Eventos (festas, sorteios)	396	30,94%
Fundos independentes nacionais	238	18,59%
Campanhas de financiamento coletivo (online ou não)	231	18,05%
Governo Municipal	183	14,30%
ONGS nacionais	159	12,42%
Fundos independentes internacionais	151	11,80%
Governo estadual	150	11,72%
Empresas nacionais	118	9,22%
Não teve apoio financeiro	116	9,06%
Fundações (institutos) privadas nacionais	101	7,89%
Governo federal	79	6,17%

FINANCIAMENTO	QUANTOS	%
Fundações privadas internacionais	66	5,16%
ONGS internacionais	64	5,00%
Associações nacionais	45	3,52%
Órgãos multilaterais (ex. ONU Mulheres, UNICEF, União Europeia, ETC.)	43	3,36%
Institutos empresariais nacionais	29	2,27%
Empresas internacionais	24	1,88%
Governos estrangeiros	10	0,78%

Observação: A soma em muito excede 100%, pois cada organização utiliza diversas formas de arrecadar recursos.

Vale enfatizar dois aspectos fundamentais: a alta diversidade de fontes de financiamento das organizações e a importância de fundos independentes ao alcance delas.



Desafios enfrentados para acesso ao financiamento

Cerca de 97% dos grupos afirmaram encontrar obstáculos na mobilização de recursos. O principal obstáculo relatado é o excesso de exigência e burocracia de doadores (63%), sendo seguido pela falta de CNPJ (46%), falta de pessoas para escrever projetos (45%) e falta de conhecimento para buscar recursos.

CERCA DE 97% DOS GRUPOS AFIRMARAM ENCONTRAR OBSTÁCULOS NA MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS.

As barreiras de acesso a recursos enfrentadas pelos grupos são diversas, e elas tendem a se agravar diante do aumento de eventos extremos, o que torna mais difícil para esses grupos se dedicarem à mobilização de recursos.

Principais desafios dos grupos para obter financiamento

OBSTÁCULO	QUANTIDADE DE GRUPOS	%
Burocracia e/ou excesso de exigências nos editais	803	66,20%
Falta de CNPJ	583	48,06%
Falta de pessoas para escrever projetos	572	47,16%
Falta de conhecimento sobre onde buscar recursos.	523	43,12%
Falta de equipamentos	495	40,81%
Formulários muito extensos e/ou difíceis de preencher	407	33,55%
Burocracia e/ou excesso de exigências bancárias	331	27,29%
Editais e/ou formulários em outros idiomas	260	21,43%
Prazos curtos para inscrição	244	20,12%
Outras	191	15,75%
Falta de acessibilidade/tecnologias assistivas	181	14,92%
Falta de internet	152	12,53%

Impactos Climáticos e Grupos Afetados

Tipos de eventos climáticos

Impactos específicos de gênero e raça

Impactos e relatos das organizações





No total, 485 organizações relataram ter sido impactadas por eventos climáticos extremos. Esse número se refere a 37,89% dos grupos, um dado preocupante, e sofreram diversas perdas, como destruição total ou parcial de suas sedes e dos bens das ativistas destes grupos, insegurança alimentar, entre outros.

485 GRUPOS AFIRMAM TER SIDO AFETADOS POR EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS

No entanto, é importante salientar que esse número possui subnotificações, pois foram identificadas outras organizações e grupos que não registraram terem sido afetadas, mas que estão presentes em suas narrativas impactos de secas extremas, por exemplo. Infelizmente, o aumento da frequência desses eventos climáticos extremos faz com que muitos deles acabem sendo normalizados, como é o caso dos grupos que trouxeram os relatos abaixo.



Situações de seca extrema na região sertão; aumento de enchentes no período do inverno nas comunidades localizadas na região do Baixo São Francisco, dentre outras dificuldades”

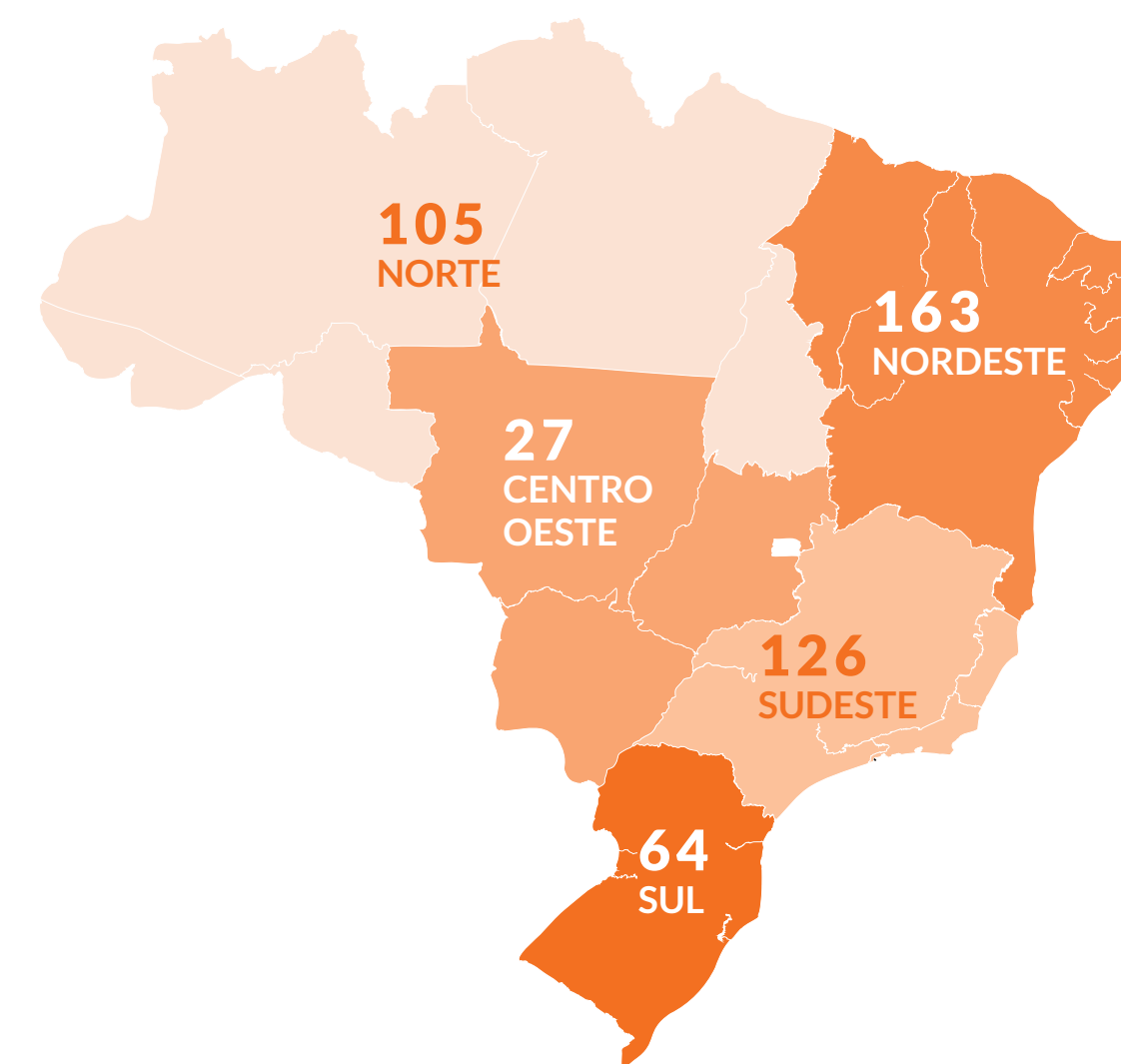
“Também sobe o número de desabrigados e desalojados a cada episódio de chuvas fortes na região metropolitana. Enquanto isso segue constante a carência de abordagens formais e informais sobre o tema Justiça Climática”.

Tipos de eventos climáticos

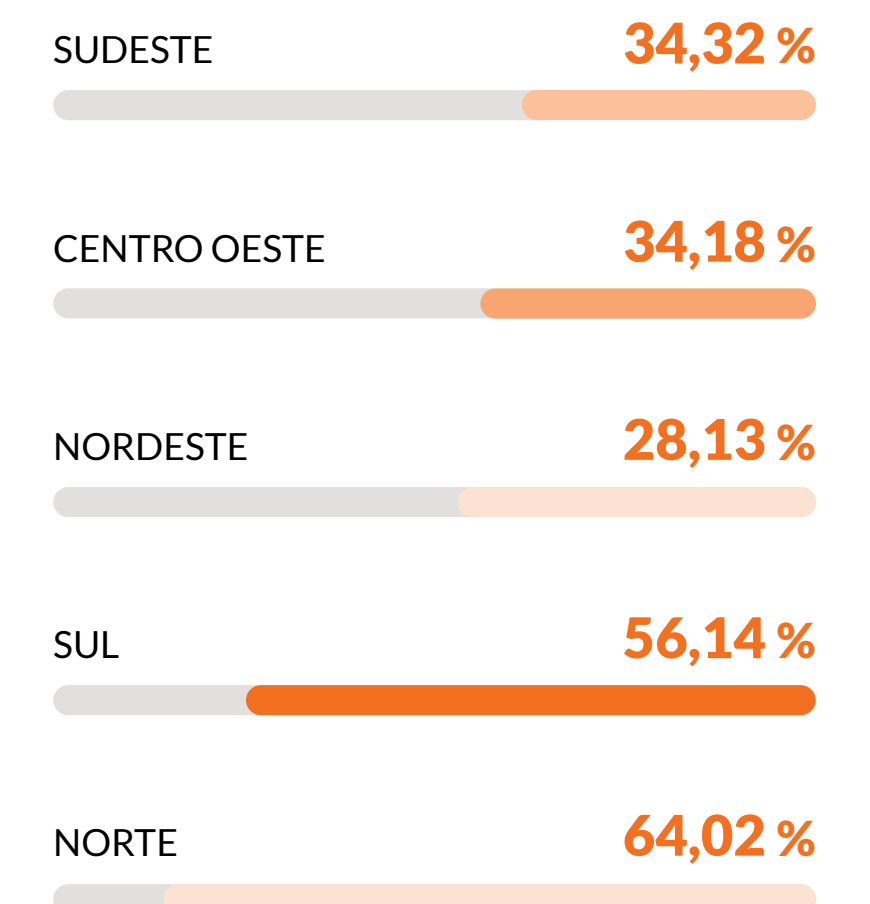
Quando nos referimos às regiões onde esses eventos climáticos ocorreram, se destacam a região Norte e a região Sul. No entanto, é importante destacar que eventos climáticos extremos afetam organizações em todos os estados, com destaque para secas e enchentes.

Se identificam como atingidos

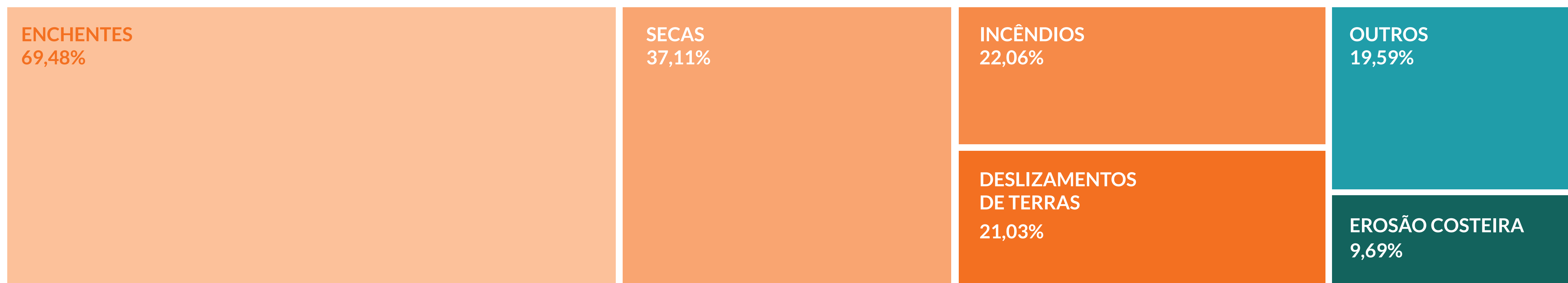
QUANTIDADE DE ORGANIZAÇÕES



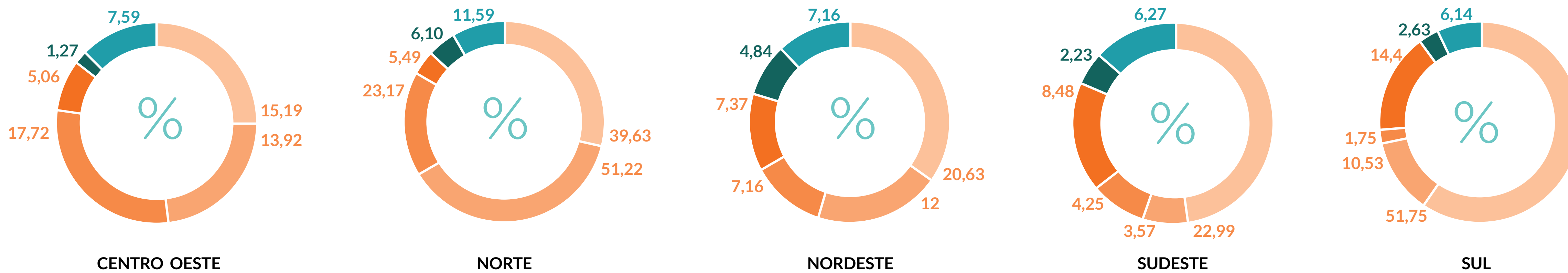
% Grupos que se identificam como atingidos



% Eventos climáticos relatados



% Eventos climáticos por região



Muitas organizações mencionaram as chuvas, ondas de calor, falta de água, falta de insetos para polinização, mas também **impactos ambientais de grandes empreendimentos**. Essa análise das organizações é importante, pois mostra a conexão entre sociedade e natureza. São eventos que incluem causas naturais e sociais, que colocam determinadas populações em maior vulnerabilidade.

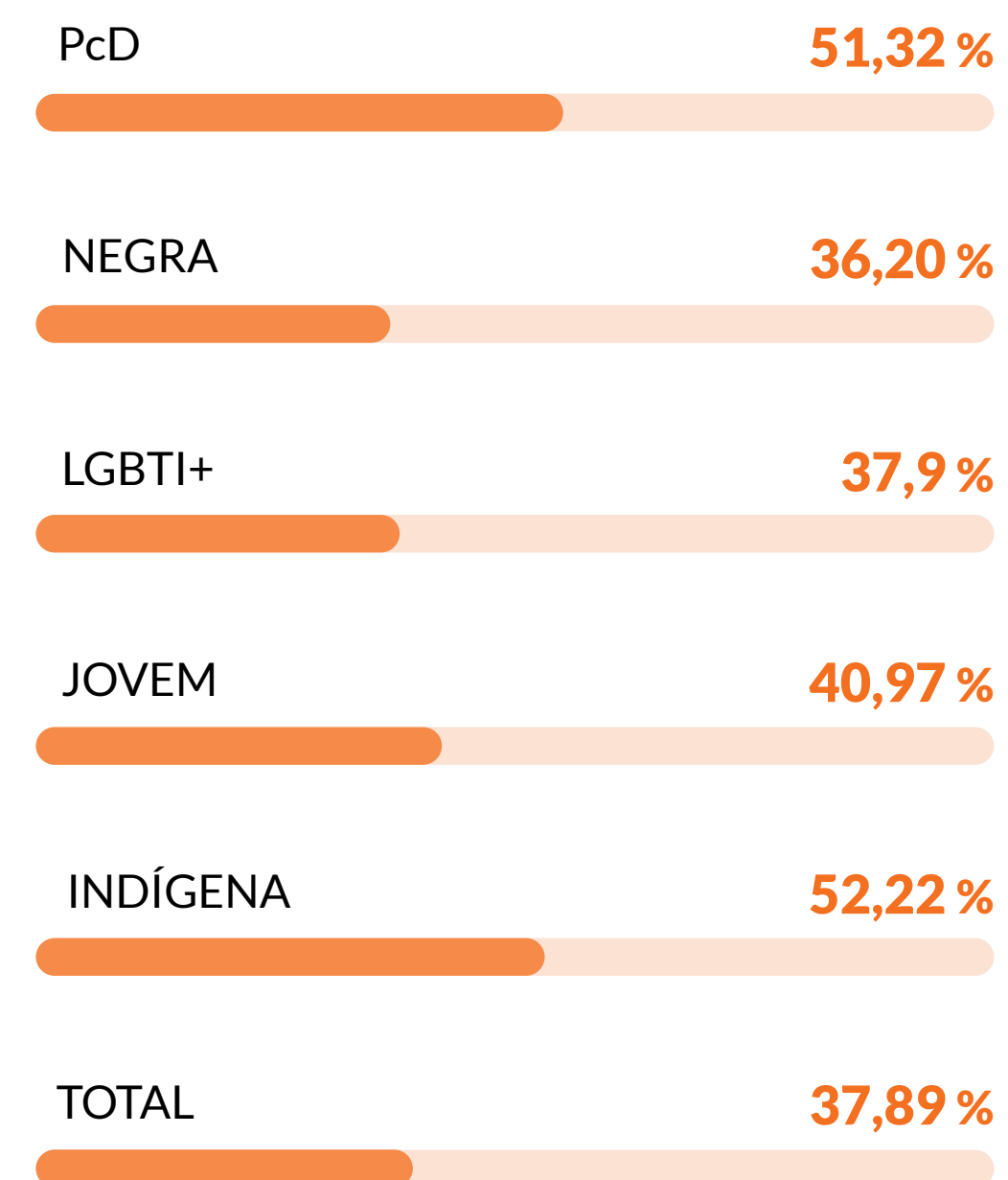
MUITOS DANOS SÃO TANTO MATERIAIS COMO IMATERIAIS, AFETANDO A SEGURANÇA ALIMENTAR DE SEUS TERRITÓRIOS, O ACESSO A PLANTAS MEDICINAIS, MAS TAMBÉM IMPACTANDO A SAÚDE MENTAL E A ESPIRITUALIDADE DAS COMUNIDADES.

Impactos específicos de gênero, raça e capacitismo

Os efeitos em cada organização e grupo impactado são únicos, e os grupos mostram-se sabedores do seu contexto, e capazes de responder de forma rápida e eficiente, frequentemente integrando ações humanitárias para ajudar a lidar com as Perdas e Danos, ao mesmo tempo em que abordam as causas sociais que colocaram suas comunidades em maior vulnerabilidade.

Existem efeitos específicos de raça, de gênero e de capacitismo, que muitas vezes ainda se interseccionam. Nota-se que grupos indígenas e grupos de pessoas com deficiência estão entre os mais afetados, no entanto é significativo que todos os grupos que sofreram impacto tenham se mantido próximos de 40%, mostrando a amplitude dos eventos climáticos extremos.

% Se identificam como atingido



Muitos danos são tanto materiais como imateriais, afetando a segurança alimentar de seus territórios, o acesso a plantas medicinais, mas também impactando a saúde mental e a espiritualidade de suas comunidades.

Os principais efeitos dos impactos identificados ao longo da análise foram:

- Insegurança alimentar
- Perda de infraestrutura
- Danos à saúde mental
- Contaminação
- Empobrecimento
- Migração climática
- Aumento de ameaças e ataques à sociedade civil
- Aumento das desigualdades
- Avanço do machismo e do racismo
- Aumento de ataques de racismo religioso à sociedade civil



Impactos e relatos das organizações

Impactos de enchentes

Os casos mostram como mulheres com deficiência sofrem impactos específicos diante de eventos climáticos extremos como as enchentes. Além de terem que enfrentar dificuldades para saírem de suas casas por um sistema que não se adequa às suas demandas específicas, também sofrem dificuldades para receber acolhimento quando são forçadas a se deslocar por eventos climáticos extremos.

As enchentes também contribuem para a **insegurança alimentar** de diversas comunidades. Aquelas comunidades relacionadas às florestas, ao campo e às águas, como quilombolas, indígenas, camponesas e marisqueiras, são impactadas pela perda da sua produção. Comunidades nas cidades, sobretudo comunidades negras e LGBTI+ em favelas e periferias, também sofrem com insegurança alimentar devido ao **empobrecimento** e destruição causados pelas enchentes.

Nos casos em que mulheres cis, trans e outras transidentidades são **forçadas a se deslocar** devido as enchentes, elas também são expostas a maiores riscos de violência de gênero, contra elas e contra as crianças, além de diversas agressões ao longo dos processos de busca de abrigo, comida, e alguma reparação.

Assim, nota-se um **aprofundamento da desigualdade e do racismo climático** uma vez que as comunidades mais atingidas pelas enchentes são aquelas que historicamente sofrem gentrificação, sendo estabelecidas em áreas de risco, como encostas e várzeas alagáveis.

É importante mencionar também o **impacto emocional, físico e espiritual** nessas comunidades. As enchentes geram traumas duradouros, organizações relatam o medo contínuo das pessoas diante das chuvas após as enchentes, além da perda de pessoas, surgimento de doenças, entre outros. Foi também relatado o impacto espiritual de comunidades cujos territórios sagrados foram destruídos pelas enchentes, ou que tiveram suas práticas espirituais rompidas.



Com as fortes chuvas e a enchente, nossa sede caiu totalmente, todos os móveis maquinários e arquivos foram levados pela enchente”

“Como atuamos com bairros e grupos marginalizados, acompanhamos recentemente episódios de inundação, falta de luz e água, como consequência de eventos climáticos”

“Tivemos uma forte inundação do Rio Tarauacá na Aldeia Arco Íris, bem como toda região da Terra Indígena Seringal Independência, afetando fortemente as comunidades principalmente na impossibilidade de acesso à nosso roçado de alimentos para sobrevivência”

“A enchente ocorrida no ano de 2020 foi uma das mais impactantes, pois muitos ficaram desabrigados em situação extrema de vulnerabilidade, filhos, filhas da casa, adeptos da religião e vizinhança do bairro foram atingidos pela grande cheia. A casa nos primeiros dias correu risco no entanto a água baixando a casa tornou-se um local de apoio às vítimas da cheia, distribuição de doações após campanha da casa, local de alimentação segura. o bairro onde localiza-se a casa de axé o Centro espírita santa barbara é um bairro de extrema vulnerabilidade ambiental e social.”

“O impacto gerado [no Rio Grande do Sul] atingiu diretamente famílias/comunidades carentes mantidas em sua maioria por mulheres, entre elas mulheres com deficiência, mães solo com filhas e filhos com deficiência, que perderam tudo ou o pouco que tinham, necessitando ficarem abrigadas em alojamentos coletivos sem nenhum preparo para suas especificidades, não ficando seguras, passando por diversas violências. (...)

O abandono político e social que atinge todas as pessoas com deficiência por estarem mais vulneráveis a grandes tragédias climáticas, nos mostra o nosso lugar na sociedade. Cientes que estamos longe da efetivação de sermos tratados como cidadãos.





Impactos pelas Secas

Em diversas regiões a seca é um risco à segurança alimentar das comunidades. Em particular na região amazônica, comunidades ficam isoladas pela seca dos rios, uma vez que o principal meio de transporte é fluvial, afetando sobretudo indígenas, ribeirinhos e quilombolas dessas regiões.

Diante da seca, a contaminação da água e falta de saneamento se agravam, pois apenas poucas pessoas têm acesso a poços profundos que não secam, e a maioria passa a depender de águas contaminadas. A presença de agrotóxicos, fertilizantes químicos ou de mercúrio pelo garimpo nos rios vulnerabiliza ainda mais as populações.

Essa situação também contribui para o empobrecimento das comunidades e danos à saúde, tanto aquelas que dependem de água para o cultivo, quanto comunidades urbanas, que sofrem com alimentos mais caros, e com deterioração da qualidade do ar.

Vale mencionar que há casos em que as comunidades que são tradicionais defensoras dos territórios são fragilizadas por grandes empreendimentos - na sua economia, cultura, ou modo de vida -, dificultando sua capacidade de proteger o território. Esse exemplo aparece no caso abaixo, onde é possível apontar a **construção de novas hidrelétricas como uma falsa solução**, uma vez que fragiliza a defesa de territórios fundamentais para a mitigação das mudanças climáticas e aumenta a desigualdade social, impossibilitando qualquer transição minimamente justa.

“

[na Terra Indígena] a seca foi tão grande que o rio ficou intransitável”

“Nossa comunidade por conta da falta de água, onde tivemos que usar água de uma cacimbão onde tinha sapo morto, cobra tudo que se pode imaginar”

“As secas no interior do Ceará... caracterizadas pela escassez de água e recursos naturais, exacerbam as dificuldades enfrentadas pela comunidade LGBTQUIAP+, tornando ainda mais árdua a busca por apoio e recursos”

“Secas prolongadas que afetaram significativamente a produção agrícola, resultando em perdas de colheitas e escassez de alimentos”

“A seca e os incêndios florestais que assolaram a região do Tapajós no último ano trouxeram consigo impactos devastadores para as populações, povos e toda biodiversidade da região do Tapajós, comprometendo o acesso à água, à terra e à saúde, além de agravar a crise climática. (...) Utilizamos a comunicação como uma ferramenta para disseminar informações sobre a situação, compartilhando materiais e produzindo um vídeo. Este vídeo abordou a seca e o aumento dos incêndios na região, evidenciando como (...) [as populações] foram afetadas pela fumaça, resultando em sérios problemas de saúde pública devido à inalação do fumo. [No Rio Tapajós] corre a vida de diversas comunidades tradicionais e povos indígenas que dependem do Tapajós para sustentar sua pesca, manter suas plantações e ter acesso a água. As águas desse rio sustentam e hidratam não apenas a subsistência desses povos, mas também a preservação de suas culturas. Nas últimas décadas, a integridade da Bacia do Tapajós vem sendo ameaçada por planos de mais de 40 projetos hidrelétricos (...). Além disso, o território do Tapajós está dentro do “arco da devastação”, seja por projetos “legais” de logística, energia (hidrelétricas), agronegócio, mineração ou por projetos “ilegais”, como madeiras, garimpo e pesca predatória.

”



Impacto de Incêndios

Os incêndios frequentemente acompanham as secas. Trata-se de um problema em expansão, sobretudo no cerrado e na Amazônia, cuja fumaça deteriora a saúde não apenas nesses biomas, mas afetando toda a América do Sul.

Um aspecto central dos incêndios é seu uso por grupos criminosos e autoritários, inclusive como ação de ataque e intimidação. As organizações relataram os incêndios em florestas e em campos, causando destruição de alimentos e de cursos d'água, assim como relataram o uso do incêndio contra casas que abrigavam religiões de matriz africana, casas de reza, e contra casas de pessoas trans e travestis.

Vale mencionar que 2024 registrou altos índices de incêndios, acompanhados de problemas associados à saúde pública na maior parte do país, um problema que tende a se agravar com o aumento das secas e do ataque a territórios.

“

A queimada da Floresta ocasionou muitas perdas no âmbito Espiritual, emocional e material das [mulheres da comunidade], devido ao fogo ter consumido toda a aldeia”

“[Com] os incêndios nas áreas de plantio a produção e atividade dessas mulheres ficam inviáveis, situação que gera risco ao desenvolvimento local e financeiro dessas mulheres, que em sua grande maioria são chefes de famílias e dependem dessa atividade para geração de renda”

“Devido ao cultivo de soja, seringueira e criações de gado, os fazendeiros utilizam-se da técnica da queimada entre um plantio e outro, provocando incêndios incontroláveis que avançam para o território indígena, queimando vidas e espalhando fumaça tóxica.”

“Este período foi marcado por agressões físicas, destruição de patrimônio e tragédias ambientais, como incêndios criminosos, desmatamento, loteamento de terras indígenas e invasões diversas. Líderes indígenas foram ameaçados, espancados e assassinados, (...). O Estado do Acre se destacou negativamente, liderando em desmatamento, queimadas e violência armada, esta última exacerbada pelo tráfico de drogas promovido por facções criminosas. A presença dessas facções nas Terras Indígenas é um legado preocupante da flexibilização das leis pelo governo anterior, afetando profundamente as 33 terras indígenas do Acre. Além disso, a pandemia de COVID-19 e os eventos climáticos extremos aumentaram a vulnerabilidade social nessas comunidades.

”



Impactos por Deslizamentos de Terras

Os deslizamentos são frequentemente ocasionados pelo excesso de chuvas, no entanto em algumas regiões a seca extrema também pode levar aos deslizamentos.

Os deslizamentos de terra evidenciam a segregação e o racismo ambiental.

Os bairros mais sujeitos a sofrer com deslizamentos são ocupados sobretudo por populações racializadas, devido a processos de gentrificação comuns em cidades brasileiras. É importante mencionar que pessoas trans também frequentemente são levadas a viver em regiões de risco. Além de estarem em regiões mais expostas a deslizamentos, as organizações relatam “tragédias anunciadas” nas quais o poder público frequentemente ignora sinais e não instala as medidas de precauções necessárias.

As mulheres sobreviventes desses deslizamentos frequentemente perdem suas casas, seus bens, e documentos, sendo obrigadas a ser submetidas a abrigos, onde é comum que sejam sujeitas a novas ondas

de violência. Nesse sentido, é importante a ação de organizações e grupos de mulheres que realizam o apoio às vítimas, provendo cuidado e acolhimento em momentos de grande dificuldade.

“

O deslizamento de terras foi um desastre ambiental anunciado, que ocasionou grandes impactos nas comunidades, tais como perda de vidas, danos materiais, interrupção de serviços básicos e deslocamento da população.”

“Com relação aos deslizamentos, parte do território está situado numa região de encharcamento das terras com as chuvas, com o território em proximidade ao riacho, em que perdemos bueiros, casa ancestral e com muitas dificuldades tivemos que reconstruir o espaço ancestral para permanecer com a fé no território.”

“São as jovens mulheres negras, indígenas, de terreiro e quilombolas as principais afetadas pelo racismo ambiental e pela crise climática. São elas a ocupar as áreas periféricas, vulnerabilizadas pelas enchentes e deslizamentos de terra, já em contexto de poluição industrial e uso de agrotóxicos, são as que se encarregam do cuidado de seus familiares, além disso, o [setor] agro-industrial dita uma mão-de-obra majoritariamente masculina e a falta de emprego formal, conseqüentemente, aumenta a dependência econômica destas.

”



Impacto por Erosão Costeira

As erosões costeiras frequentemente são resultado da remoção da vegetação nativa do local, como os manguezais e a restinga. A perda do litoral vem acompanhada de perdas para a segurança alimentar e empobrecimento, uma vez que os manguezais são berçários de peixes, além de importantes sumidouros de carbono. Em alguns casos a erosão costeira chega a derrubar terrenos e casas, forçando o deslocamento da população do local, um problema que tende a se intensificar com o aquecimento dos mares que geram maiores tempestades marítimas, e com o aumento do nível das marés.

Vale mencionar o contexto trazido pelo caso citado, que mostra a relação entre o avanço dos grandes empreendimentos de turismo e a perda do litoral, gerando a desterritorialização da população, também acompanhada da violência contra a população negra. Dessa forma, fica exposto o contexto de aumento de autoritarismo que ocorre em conjunto com o avanço das desigualdades, e a degradação ambiental.

“

Os impactos foram na atividade da pesca, como diminuição do pescado, branqueamento dos corais”

“Quando se trata das erosões costeiras, a cidade de Maceió desde a segunda metade do século apresenta um quadro bastante significativo, com redução das faixas arenosas e danos às estruturas de sua orla marítima (...). No intervalo de 11 anos, houve uma diminuição de cerca de 10% da faixa de areia na área.”

“[Somos] uma comunidade tradicional pesqueira e quilombola, localizada no município de Santo Amaro-BA, [que] tem a pesca e mariscagem com economia predominante, complementadas pela agricultura familiar e serviços locais. [A comunidade] luta por suas ilhas que são atacadas pelo capital imobiliário, responsável pela remoção de mais 75 mil hectares de manguezais. Estas ilhas são palco de batalhas judiciais, na ocasião movemos em parceria com outras organizações uma Ação Civil Pública (...). Diante da atual denúncia, já recorremos ao Ministério Público Federal em busca de apoio para acompanhamento jurídico (...) temos o aumento do genocídio com a escala de crime na Bahia, que registrou em Acupe, de setembro de 2023 a abril de 2024, dez execução de jovens negros, que resultou 15 crianças órfãs, famílias violadas e uma comunidade inteira destruídas e silenciada.

”



Chuva, onda de calor, desmatamento, fumaça, agronegócio e empreendimentos e outros

A possibilidade de responder “Outros” permitiu às organizações expressarem suas visões sobre os efeitos climáticos extremos. “Chuva” e “Ondas de calor” estavam entre os mais presentes daqueles de entendimento mais diretamente relacionados ao “natural”, relacionando com a insegurança alimentar, danos à saúde, perda de infraestrutura, entre outros.

No entanto, os grupos mostraram a complexidade da crise climática ao explicitar ações diretamente realizadas pela ação humana como efeito climático extremo. O efeito de maior destaque foi o desmatamento, associado à perda de ambientes naturais. Também a fumaça, que teve destaque na região amazônica, relacionada aos danos à saúde. Por fim, diversos empreendimentos, sobretudo mineração, também ganharam destaque,

relacionados ao deslocamento forçado, perda da saúde, e de territórios.

Em todos os casos, o aumento do autoritarismo, a concentração de renda e a perda de qualidade de vida perpassou esses efeitos climáticos mais diretamente ligados às ações humanas.

Chuva

O excesso de chuva impossibilitou o trabalho de extratores [de moluscos] no mangue, ficamos sem trabalho 60 dias”

“A alimentação majoritariamente é pelo cultivo de mandioca, amendoim e banana (do qual foram fortemente impactados pelas chuvas deste ano, algumas pragas e o solo infértil pelo cultivo anterior à demarcação da terra), caça e pesca”

Ondas de calor

Com a onda de calor insalubre, sofremos impactos sobre a nossa saúde, bem estar e sobre a agricultura quilombola que supre tanto a Feira Solidária quanto às entregas do PAA”

Fumaça

As queimadas na floresta Amazônica geraram um período de grande fumaça na capital amazonense, deixando a definição da qualidade do ar como “perigosa” pela AQICN, no final de 2023.”

Desmatamento

Desmatamento, cercamento da floresta de babaçu impedindo acesso das quebradeiras aos babaçuais, fogo, e veneno, são efeitos provocados pelo latifúndio forte, existente no Estado. Os desdobramentos dessas situações provocam perda da sociobiodiversidade afetando diretamente as palmeiras e as quebradeiras”

Empreendimentos

Alguns desses impactos [da mineração] se trata do afundamento generalizado dos bairros diretamente afetados, ocasionando na realocação de toda a população desses lugares. (...) Além do fator geográfico, a saúde mental da líder da casa foi significativamente afetada.”

Soluções climáticas locais e glossário de termos

Mitigação

Adaptação

Perdas e danos

Transição justa

Responsabilização


Soberania alimentar

Saberes tradicionais

Conscientização climática

Economia Solidária





As organizações e grupos trazem diversas soluções e respostas às emergências climáticas. Essas soluções abordam simultaneamente diversos aspectos da crise climática e socioambiental, mostrando que seus aspectos sociais e naturais são integrados.

Por exemplo, mesmo com poucos recursos, os grupos indígenas defendem seus saberes tradicionais e enfrentam a violência de gênero, fortalecendo a comunidade, deixando-a menos vulnerável à entrada de invasores e ajudando a preservar a floresta em pé, evitando a emissão de gás carbônico. Ao mesmo tempo, esses grupos também se fortalecem na adaptação às mudanças climáticas, pois seus saberes possuem conhecimentos de cultivos e capacidade de previsão de eventos extremos.

Apesar da amplitude das ações das organizações, é comum que grandes financiadores invistam em iniciativas mais distantes dos territórios, com menor amplitude no campo de ações e maior custo para execução. Os campos de investimentos em Adaptação e Mitigação frequentemente recebem mega projetos que vulnerabilizam exatamente as populações que estão na defesa dos territórios, como parques eólicos em territórios quilombolas, crédito de carbono em terras indígenas e terras públicas sem que a populações estejam devidamente informadas ou recebam os benefícios, entre outros.

Atentas a esse desafio, o ELAS+ busca trazer a perspectiva e as soluções locais do ponto de vista das organizações e grupos liderados por mulheres. Essa seção traz uma ponte entre as soluções climáticas trazidas nos territórios, e as narrativas de arenas internacionais.



Mitigação

Mitigação é definida como uma intervenção antrópica para reduzir as fontes ou aumentar os sumidouros de gases de efeito estufa (IPCC 2001a). As atividades de mitigação incluem atividades que evitam emissões e atividades de sequestro de carbono.⁴

Atividades que evitam emissões frequentemente são pensadas como fontes de energia alternativas, no entanto a diminuição do consumismo, ou formas mais eficientes de produção (incluindo de plantio) também podem ser consideradas. Atividades de sequestro de carbono são aquelas que retiram carbono da atmosfera, como o plantio de florestas. **Portanto, uma ação que mantém a floresta em pé, ou promove agriculturas regenerativas em áreas de pastagens podem ser consideradas ações de mitigação, assim como ações que buscam evitar a extração de petróleo.**

É importante trazer o contexto brasileiro, onde mais de 70% da emissão de gases de efeito estufa vêm de sistemas alimentares, sobretudo da monocultura e da produção de gado⁵. Assim, **ganham destaque iniciativas que defendem seus biomas contra o avanço de sistemas alimentares, assim como aquelas que promovem sistemas alimentares regeneradores como alternativas**, que serão citadas quando abordarmos soberania alimentar.

Vale notar nas organizações a integração entre ações, com destaques de protagonismo de mulheres, lutas antirracistas, defesa de territórios e saberes ancestrais, promoção de economia solidária, entre outros. **Elas estão na linha de frente da defesa do território, de suas culturas e comunidades e da sociobiodiversidades.**

A realização de um grande evento que reunirá as grandes vozes femininas de iniciativas de impacto socioambiental à comunidade, destacando a importância do manguezal para as pessoas, negócios e o mundo, disseminando, desta forma, conhecimento e promovendo modelos de negócios sustentáveis”

[Realizamos o encontro] Diálogos Amazônicos: Por que não queremos exploração de petróleo na foz do maior rio do mundo?”

[Realizaremos] Mobilizações e incidências em memória ao crime ambiental do derramamento do petróleo que desde 2019 ainda está impune.”

Atuando com 30 mulheres catadoras de reciclagem em um bairro periférico da cidade. Após implementar um projeto de agricultura urbana e implementar tecnologias sociais com foco no empoderamento feminino e na economia solidária através da moeda social, o resultado foi uma comunidade mais envolvida e atuante, produzindo valor em rede, de mulheres para mulheres da mesma comunidade, transformando um deserto alimentar em um território produtivo e abundante”

Como mãe, o nosso papel é orientar os nossos familiares, para que não se envolvam com coisas ilícitas [mineração, narcotráfico, avanço de estradas em territórios indígenas]. Em virtude disso o papel da mulher indígena é essencial no controle social que visa lutar pelo bem estar dos povos indígenas a nossa coletividade é uma forma de resistimos perante os problemas que rodeiam a nossa existência”

[lutamos pelo] direito ser indígena e ter seu modo de vida respeitado, para tanto, os dirigentes da associação buscam elaborar e desenvolver projetos de âmbito local, principalmente aqueles que contemplem a agricultura, pecuária, pesca, atividades ligadas ao extrativismo, artesanato, a saúde e educação”

4. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13: Ação Contra a Mudança Global do Clima.

5. OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Produção de comida responde por 74% das emissões do Brasil.



Adaptação

Segundo o IPCC, a adaptação em sistemas humanos é o processo de ajuste às mudanças climáticas presentes ou futuras, com o objetivo de reduzir danos ou aproveitar oportunidades. Já em sistemas naturais, a adaptação consiste no ajuste às mudanças climáticas presentes, podendo ser auxiliada por intervenções humanas.

As ações das organizações na adaptação promovem resiliência, trazendo soluções baseadas nos territórios e enfrentando as raízes das causas que expõem certas populações a maiores perigos, como o racismo ambiental. Essas ações incluem a luta por moradia, defendendo residências em locais seguros; também incluem fortalecimento econômico, para que comunidades possam ter recursos para se adaptar; soberania alimentar, para combater a insegurança alimentar causada por efeitos climáticos extremos e desigualdade no campo; por fim, vale mencionar a criação de planos de contingência comunitários para o enfrentamento e adaptação às mudanças climáticas.

Vale mencionar que eventos climáticos extremos vêm se tornando mais frequentes no Brasil e no mundo. **As respostas das organizações e grupos em estratégias de adaptação a esse cenário mantém o entendimento de que esses eventos não são isolados de fatores sociais, incluindo um aumento do autoritarismo na disputa por recursos.**

Coordenamos audiências públicas (...) discutindo direito à moradia e o bem viver com participação da Defensoria Pública do Estado Bahia, entidades privadas, instituições de ensino públicas e particulares, moradores das Ocupações”

Coletiva levou um grupo de mulheres negras que tiveram suas casas atingidas, para Rodas de conversas sobre racismo ambiental e moradia social”

Para lidarmos com essa situação, nos juntamos a outros 18 coletivos/organizações de Manaus para cobrar ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania um plano de contingência e mitigação de efeitos das queimadas no Amazonas, onde foram feitos encaminhamentos cobrando agilidade ao Estado do Amazonas e à Prefeitura de Manaus.”

A economia da nossa aldeia está baseada na agricultura familiar e de subsistência, como a caça, a pesca, os frutos que colhemos é a principal renda gerada para nosso grupo de mulheres é através da venda dos artesanatos que produzimos, por isso os recursos naturais são fundamentais para nossa qualidade de vida e alimentar, tornando a sustentabilidade crucial para a sobrevivência da nossa comunidade.”

Construímos uma agenda por políticas públicas que vem se desenvolvendo por meio de incidências, formação e controle social, em particular na questão do acesso à saúde, direitos sexuais e reprodutivos, justiça ambiental e a soberania alimentar. Pós COVID19 iniciamos um projeto de horta urbana que além de uma estratégia de mobilização e organização política das mulheres, vem se consolidando como fonte de alimentação saudável, para 15 famílias, diretamente. O que faz com que atualmente sejamos referenciadas na cidade como a primeira experiência coletiva de agroecologia urbana e como uma organização ambientalista e feminista.”



Perdas e danos

O Sexto Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC - AR6) utiliza o termo “perdas e danos” para se referir aos impactos adversos observados e/ou aos riscos projetados das mudanças climáticas. Esses impactos podem ser econômicos e/ou não econômicos.

As organizações e grupos se mostram rápidas e inovadoras nas respostas às emergências climáticas, sendo capazes de responder a diversos contextos desafiadores e fazendo bom uso dos recursos das comunidades. Elas também se mostram conhecedoras dos caminhos para acessar direitos, sendo capaz de encaminhar as vítimas para abrigos e demandas por direitos. Vale mencionar que diversas vítimas relatam sofrer diversas violências quando atendidas pelo estado ou por agências especializadas, e as organizações ajudam a encaminhar essas vítimas para minimizar as possibilidades dessas violências.

“

Já realizamos coleta e distribuição de itens para doação, colhemos e transmitimos informações sobre como acessar protocolos da Defesa Civil, benefícios e direitos. Além disso, o espaço sempre promove debates e ações em torno da questão enquanto um problema político e social.”

“

[As organizações] se organizaram imediatamente para escrever um Protocolo de atendimento para meninas e mulheres em meio a crise climática no Rio Grande do Sul, pois em seguida que ocorreram os abrigamentos, as denúncias de abuso e violência nos abrigos começaram a emergir, fazendo com que fossem organizados abrigos exclusivos para mulheres e filhas e filhos. O protocolo após passar pelo foi aprimorado pelo Ministério das Mulheres e publicado na última semana de maio. O documento traz recomendações para ações de resgate, atendimento e encaminhamento das mulheres em meio à crise climática.”

“

Ações de distribuição de alimentos, captação de recursos para o fortalecimento das atividades agrícolas, além de promover o plantio de mudas, com foco na recuperação de áreas alteradas”

“

Mobiliza campanhas de arrecadação de doativos, organiza mutirões para a reconstrução de moradias e promove a conscientização sobre medidas preventivas e de emergência... implementa projetos de cisternas e sistemas de irrigação sustentável, realiza workshops sobre técnicas agrícolas adaptadas à seca e luta por políticas públicas que garantam o acesso à água. Colabora com outras organizações para distribuir água potável e alimentos... atua na prevenção de incêndios através de treinamentos comunitários em técnicas de manejo e controle do fogo, além de criar brigadas voluntárias de combate a incêndios. A organização participa de campanhas de reflorestamento e restauração ambiental.”

“

Realizamos a construção de redes para que as mulheres pudessem ter acesso aos serviços públicos, como benefícios oferecidos pelos equipamentos públicos em geral. Apoio com distribuição de kits de limpeza e higiene, alimentos e água. Oferecemos também apoio psicossocial para lidar com os traumas causados pelas enchentes”



Transição justa

A transição justa é abordada como um processo que visa garantir que as medidas para combater as mudanças climáticas, como a redução de emissões de carbono, sejam realizadas de maneira inclusiva e equitativa. Isso significa assegurar que as populações mais vulneráveis não sejam deixadas para trás.

A transição justa busca promover o desenvolvimento econômico sustentável e equitativo, a criação de empregos decentes e a proteção social durante a transição para um sistema sustentável que inclua mulheres negras, indígenas, quilombolas ou portadoras de deficiência, que sistematicamente são mais afetadas pelas mudanças climáticas e que preservaram e aprimoraram estratégias para superar as crises climáticas e ambientais.⁶

“

Diminuindo os índices de poluição e geração de lixo, iniciando um trabalho de reciclagem e consumo consciente, por justiça climática e socioambiental.”

“

As pescadoras são as mais vulnerabilizadas com os impactos desses empreendimentos, pois se tornam vítimas das mais diversas formas de violências que se reverberam, nos territórios e espaços institucionais. (...) ultimamente temos enfrentado o modelo de transição energética em especial as tratativas para implantação de eólicas offshore (no mar) o que vai intensificar os conflitos pois as áreas de implantação serão de exclusão de pesca.”

“

Atualmente as comunidades negras urbanas periféricas, dos rios e florestas, com especial ênfase as mulheres negras, cis e trans, que sobrevivem nestes territórios, seguem resistindo aos impactos causados pela operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que segue violando direitos das comunidades e destruindo o meio ambiente em que vivemos.”

6. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Sustainable Development Challenges in the Least Developed Countries. United Nations, Department of Economic and Social Affairs. New York, 2023.



Responsabilização

A responsabilização ambiental refere-se à necessidade de atribuir responsabilidade legal e financeira àqueles que contribuem para a degradação do meio ambiente, como poluidores industriais, grileiros, madeireiros e garimpeiros. Esses agentes desempenham um papel significativo nas mudanças climáticas e na destruição da natureza e nas tragédias que sucedem. O objetivo é garantir que indivíduos e empresas sejam obrigados a reparar os danos causados, promovendo justiça ambiental e estimulando a adoção de práticas sustentáveis.

As organizações e grupos atuam na representação contra perpetradores de violações contra seus territórios, fortalecimento das comunidades para identificar, resistir e promover ações de mobilização para dar visibilidade a estas violações. Vale mencionar que esse trabalho, como outros, costuma vir com grandes custos, como perseguição, violência e assassinatos.

“Diante de tudo isso, estamos fazendo luta para garantir o sustento para nossas famílias marisqueiras, através de denúncias aos órgãos de meio ambiente (municipal, estadual e federal), se somando em pautas de defesa dos territórios pesqueiros.”

“A erosão costeira é agravada por construções irregulares, fruto da especulação imobiliária. No momento, a região está em debate entre a Prefeitura Municipal e o Ministério Público Federal. [A organização] fez diversas denúncias sobre a utilização irregular destes espaços, e vem acompanhando as reuniões entre os dois órgãos.”

“Articulações no sentido de fortalecer o movimento de defesa do território e enfrentamento às violações que tem ocorrido com as mulheres de comunidades tradicionais... conexões com outros coletivos tem nos proporcionado a otimizar informações para atuar no plano local e regional, concretizando os debates nacionais e internacionais aproximando a luta pela defesa dos direitos de nós mulheres, na construção de um projeto de políticas públicas”

“Nossas estratégias buscam dar visibilidade aos impactos sofridos em nossas comunidades, sobretudo pelas mulheres, alcançando instâncias como o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública para denunciar as violências sofridas ao longo do processo de construção da usina hidrelétrica (...). Recentemente iniciamos a busca por recursos para realizar análise da água que está contaminada e, assim, denunciar os danos não reparados. Realizamos audiências públicas em Brasília e eventos locais, recebendo autoridades como o Ministério da Pesca e Aquicultura e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para discutir questões urgentes.”



Soberania alimentar

A soberania alimentar refere-se ao direito das populações de acessar alimentos nutritivos, sustentáveis e culturalmente apropriados, além de terem a autonomia de decidir sobre seus próprios sistemas alimentares e de produção. Essa abordagem coloca as agricultoras, distribuidoras e consumidoras no centro das políticas alimentares, priorizando suas necessidades acima das demandas do mercado e das grandes corporações, com um foco na proteção dos interesses das gerações presentes e futuras.⁷

As organizações utilizam diversas formas de agriculturas regenerativas, desde técnicas indígenas e quilombolas, até o modelo de agricultura familiar sustentável.

É importante mencionar que de acordo com o IBGE, cerca de 70% dos alimentos consumidos vem da agricultura familiar.⁸ Também é a partir do cultivo de sítios e roçados que comunidades quilombolas, indígenas e de outros povos tradicionais conseguem manter sua resistência diante do avanço

do desmatamento. **Elas protegem e recuperam ecossistemas locais, essenciais para a absorção de carbono e diminuição do impacto de eventos climáticos extremos.**

A agricultura familiar, as pequenas propriedades, e os territórios coletivos enfrentam forte pressão do agronegócio de monoculturas, produção pecuária e da grilagem de terras. Por esse motivo, as organizações que trabalham por formas de agricultura regenerativa não apenas contribuem para a restauração do solo, como contribuem para a mitigação dos efeitos climáticos ao plantarem florestas e para a adaptação, ao fortalecerem a soberania alimentar de suas comunidades. **Elas trazem modelos de agricultura que regeneram os territórios e as cidades, promovendo a formação e fortalecimento de comunidades, e a sociobiodiversidade.**

⁷ Via Campesina. Declaração de Nyéléni: Fórum Mundial pela Soberania Alimentar

⁸ BRASIL. Câmara dos Deputados. Deputados defendem fortalecimento da agricultura para produção de mais alimentos

“

O Movimento atua pelo novo modelo de agricultura familiar com práticas agrícolas sustentáveis, com o quintal produtivo sendo uma política pública de produção das mulheres, controle de queimadas, políticas públicas de créditos e incentivos, educação popular e capacitação, incentivo à transição agroecológica, campanha nacional permanente: Sementes de Resistência”

“

Através de campanhas e alianças com o movimento feminista/ AMB; Aliança com MST e Campanha Brasil sem fome; atuação cotidiana com produtores/as da agricultura familiar e feirantes, promovendo a agrofloresta e os quintais produtivos; promovendo o uso de energia solar local e o plantio de sementes criolas; realizando cursos, realizando ações educativas e de monitoramento/ vigilância em saúde, segurança alimentar e emergência climática/ socio-ambiental, divulgando e informando sobre auxílios e benefícios emergenciais para as mulheres cis e trans e sua base familiar, promovendo cursos voltados à economia feminista, solidária e sustentável, entre outras.”

“

Nosso Território Tradicional compreende três Terras Indígenas e estamos organizados em 33 aldeias que abrange três municípios (...). Vivemos da agricultura de subsistência. A maioria das famílias plantam suas roças, lavoura branca, como a macaxeira, inhame, batata, assim como frutíferas.”

“

Em 2020 iniciamos um programa de soberania alimentar, implantamos uma grande horta comunitária no quilombo e mutirões de plantio nos roçados das famílias, sistemas de irrigação, distribuição de cestas básicas e máscaras feitas por nós. Em 2021 fizemos campanha virtual “O rio Timbó é das Marisqueiras”, levantamos um recurso na internet e conseguimos construir a sede da nossa organização comunitária aqui no terreiro, onde realizamos oficinas, cursos, assistência a gestantes com doulagem e acompanhamento de parto, aulas afro referenciada para as crianças e jovens, eventos culturais como o samba de coco e o maracatu rural.”

“

Mulheres assentadas, produzem alimentos agroecológicos e os transformam em uma grande diversidade de alimentos; geleias, doces, chás, bebidas, pães, biscoitos, conservas, dentre outros. Também são extrativistas, coletam frutos e plantas fitoterápicas, utilizam as polpas e comercializam as sementes nativas do Cerrado que são comercializadas e inseridas na cadeia de restauração do bioma, exemplo: mangaba, baru, pequi, cagaita, araticum... há um aproveitamento integral do fruto e o complemento do ciclo de vida da sociobiodiversidade nativa.”



Saberes tradicionais

São formas de saberes acumulados por sociedades e populações específicas, baseadas em sua interação com o ambiente. **Esses conhecimentos fornecem informações valiosas sobre ecossistemas e paisagens, sendo cruciais para manejo da terra, previsão de desastres naturais e adaptação climática.**⁹ Eles são dinâmicos e guardam caminhos e alternativas para o sistema de produção e consumo que vêm deteriorando a natureza em velocidades superiores às suas capacidades de recuperação.

As organizações destacam a importância do cuidado, da cultura, das línguas originais, da culinária, do manejo do solo e do território e da vida em comunidade; saberes fundamentais na transmissão dos conhecimentos necessários para lidar com as mudanças climáticas. Esses saberes são essenciais na manutenção das práticas que permitem a esses povos continuar resistindo em seus territórios, enfrentando o avanço do desmatamento e propondo modos de vida alternativos.

⁹ IPCC. Frequently Asked Questions (FAQs) – Chapter 7: Special Report on Climate Change and Land.

“

Vimos a importância de uma associação de mulheres com o objetivo de disseminar, valorizar, preservar e resgatar a cultura dos povos indígenas e a proteção da natureza”

“

Vamos promover oficinas para os jovens com a temática, o que é ser um quilombola, como ser um cidadão quilombola e oportunidades de estudo, trabalho e como cuidar do território, usufruindo do plantio e da colheita, com auxílio dos mais velhos do quilombo. Vamos também promover encontros para desenvolver cânticos e letras de música ligados às tradições, como roda de ciranda e outros costumes quilombolas.”

“

[A organização] é uma comunidade de matriz africana, quilombo contemporâneo e terreiro de candomblé, (...) e, a algo que está fundamentalmente presente nas tradições de matriz africana: a inseparabilidade entre as pessoas e os seres do mundo.”



Conscientização climática

Conscientização climática trata-se do processo de sensibilizar e capacitar pessoas sobre questões relacionadas ao clima e ao meio ambiente, sendo fundamental como estratégia de adaptação e de mitigação. É importante também constar a educação diferenciada indígena, quilombola e de outros povos tradicionais, transmitindo seus conhecimentos, valores e culturas.

As organizações incluem abordagens relacionadas com seus contextos, por vezes sem sequer relacionar diretamente a conscientização climática, mas mantendo práticas essenciais ao meio ambiente, e ao clima. **Vale mencionar desde escolas indígenas geridas e com professores indígenas, até formações em comunidades criando hortas comunitárias.**

“

Trabalhamos com formação e conscientização dos moradores ribeirinhos e na construção de um grupo de voluntários (até o momento 183) para auxiliarem nas ações. Dentre elas, estão a realização do plantio de 20 mil mudas nativas, de mangue vermelho, branco e preto. E todos os meses retiramos uma média de 2 toneladas de resíduos sólidos do manguezal.”

“

Hoje somos 500 professores indígenas que atende 7.637 alunos em 201 escolas, 170 com formação superior. Ou seja, defendemos uma educação bilíngue, intercultural e diferenciada, valoriza as culturas e tradições indígenas, preparando-os para os desafios do século XXI. Reconhecendo a rica diversidade de expressões de gênero, e combate a discriminação e promove a igualdade de oportunidades para todas as pessoas indígenas, assim como trabalha para fortalecer a consciência ambiental dos povos indígenas e sua capacidade de se adaptarem às mudanças climáticas.”

“

Foram implementadas campanhas de educação e sensibilização para aumentar a conscientização da população sobre a importância da adoção de práticas sustentáveis. Essas campanhas visam preparar melhor a comunidade para lidar com os impactos dos eventos climáticos extremos e promover a sustentabilidade ambiental. Além disso, estamos implementando projetos voltados à restauração florestal, visando a mitigação dos efeitos que já sentimos, a recuperação da biodiversidade local e a recomposição de espécies importantes para o nosso povo.”



Economia Solidária

É fundamental para as comunidades trazer soluções capazes de gerar renda. A luta pela economia solidária de forma a promover cooperação, autogestão, sustentabilidade e solidariedade em suas comunidades, frequentemente buscando reutilizar e reciclar ao máximo os materiais e mantendo os recursos entre aqueles que mais precisam.

As organizações que atuam nesse campo trazem estratégias diversas e que contribuem para uma maior sociobiodiversidade. São iniciativas lideradas por mulheres, frequentemente responsáveis por suas famílias, e incluem: artesanato, moda sustentável, cooperativas de catadoras, formações para gestão financeira, entre outros.

“

A produção de artesanato pelas mulheres é uma questão muito importante que possibilita a entrada de dinheiro na comunidade, para que possamos providenciar algumas necessidades básicas que não produzimos na própria Aldeia”

“

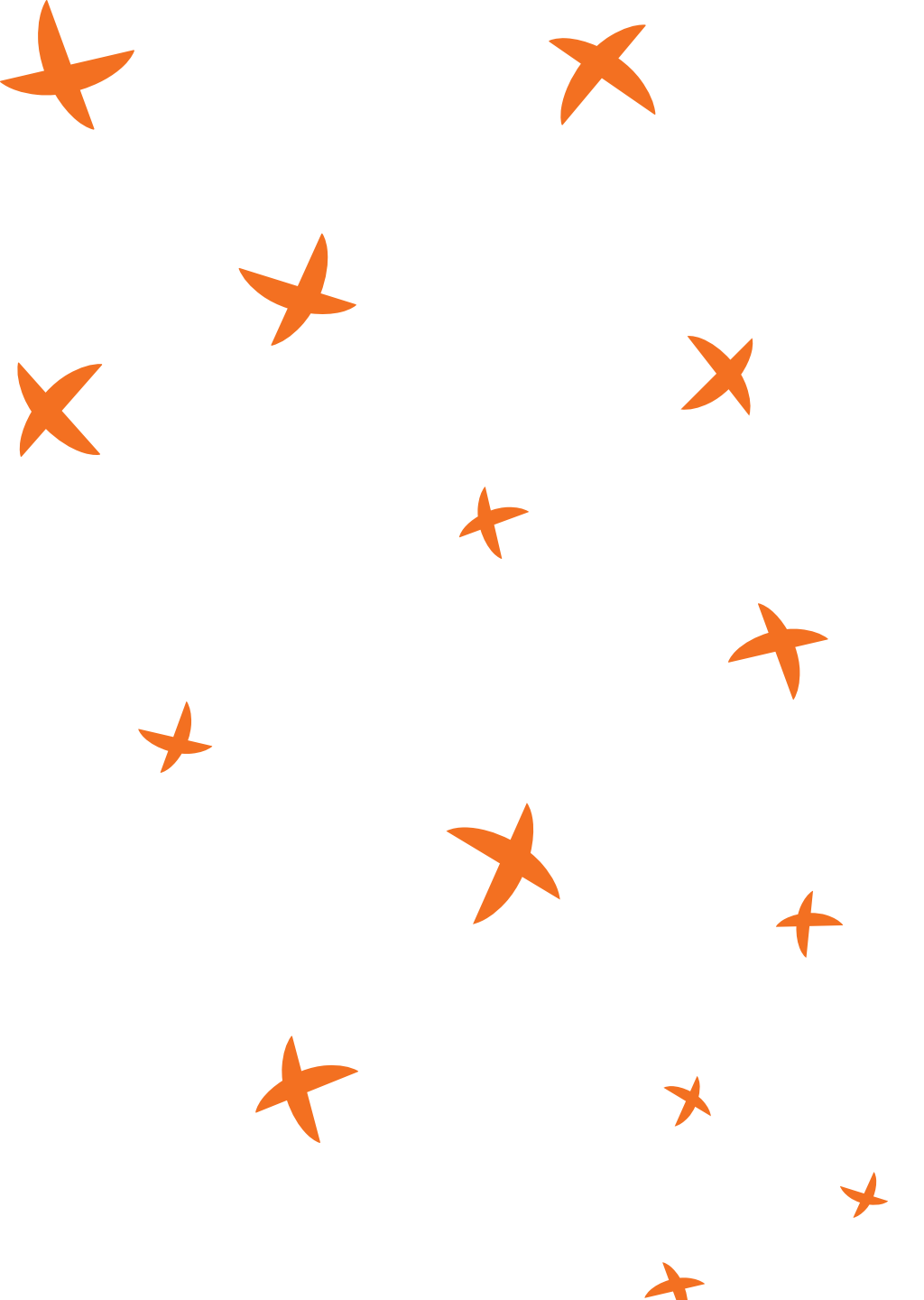
Realizaremos a promoção da autonomia econômica e igualdade para as mulheres trabalhadoras rurais, por meio de cursos e outras atividades formativas, de articulação e organização das mulheres em grupos, da estruturação de atividades coletivas e do auxílio ao acesso às políticas públicas para autonomia econômica dessas mulheres.”

“

As atividades educativas, ocorrem a cada duas semanas, sendo convidadas mulheres que lideram atividades em outras comunidades, para serem as facilitadoras dos temas abordados. Até o momento, como produto das oficinas, houve a produção de sabão com óleo de cozinha usado e produção de beneficiados a partir de fitoterápicos, como repelente e garrafada.”

Conclusão e recomendações finais





Diante do aumento na quantidade e intensidade de eventos climáticos extremos, as organizações lideradas por mulheres e por pessoas de diversas transidentidades enfrentam desafios específicos, especialmente em comunidades expostas a maior vulnerabilidade. No entanto, essas organizações se mostram conhecedoras profundas dos seus contextos, mostrando-se capazes de reagir com soluções rápidas e inovadoras, desde a resposta em casos de emergências, até o trabalho enfrentando as raízes sociais que expõe algumas comunidades a mais perigos. **Elas lideram na implementação de soluções inovadoras, como a agricultura regenerativa, o manejo sustentável, combate ao racismo ambiental e religioso, e na promoção da justiça climática em seus territórios.**

Apesar da amplitude de suas ações, essas organizações frequentemente trabalham com recursos extremamente limitados. Elas realizam atividades que vão além da mitigação e adaptação climática, ao abordarem também questões sociais e estruturais, como a educação popular, a segurança alimentar e a defesa contra

práticas predatórias. **Ao fortalecerem suas comunidades, esses grupos conseguem responder de forma rápida e eficaz às crises, muitas vezes utilizando os próprios conhecimentos tradicionais e formas comunitárias de organização, como mutirões e parcerias regionais.**

No entanto, há uma necessidade urgente de mobilizar mais financiamento para essas organizações. Embora seus esforços sejam cruciais para a resiliência de suas comunidades e para a construção de uma transição climática justa, o apoio financeiro que recebem é insuficiente. **Para que suas iniciativas sejam sustentáveis e possam crescer, é necessário um compromisso mais robusto de financiadores, governos e atores internacionais.** Essa mobilização é essencial para assegurar que as soluções trazidas por essas organizações possam continuar a proteger e regenerar territórios, além de reduzir as desigualdades de gênero e raça no contexto da crise climática.

É nesse sentido que esse relatório busca contribuir, estabelecendo pontes que permitam que os recursos cheguem naqueles que mais precisam, que já

trazem as soluções necessárias, e onde cada recurso adicional aumenta exponencialmente o impacto. **Os fundos independentes já se mostram como uma das principais fontes de recurso dessas organizações, sendo fundamental fortalecê-los para que seja possível desenvolvermos uma sociedade justa em termos de gênero e raça, e integrada com a natureza.**



comuá

rede comuá
filantropia que
transforma

ma
ma
cash